

Os Professores Amazonenses nos Anos 1930: entre as Prescrições Regulamentares e a Realidade Escolar Cotidiana

Tarcisio Serpa Normando¹

150

Resumo

O artigo apresenta o sistema educacional amazonense na década de 1930 e demonstra as contradições entre as prescrições dos Regulamentos da Instrução Pública e a realidade escolar cotidiana vivenciada pelos professores

Palavras-Chave

Educação Pública – Regulamentos da Instrução Pública – Trabalho Docente

Abstract

The article presents the educational system of State of Amazonas in the 1930s and shows the contradictions between the requirements of the Regulations of Public Instruction and the daily school reality experienced by teachers

Keywords

Public Education - Regulations of Public Instruction - Teaching Work

O sistema educacional legado aos anos 1930.

Em 1930 o Estado do Amazonas acumulava um déficit orçamentário gravíssimo, superior a quinhentos mil contos de réis, confirmando o inexorável declínio da economia baseada

¹ UniNorte Lauriates / SEMED
tsnormando@yahoo.com.br

na exportação gomífera iniciado em 1913. Esta crise foi potencializada pela tessitura da trama política local nas duas décadas anteriores².

Os efeitos do quadro macroeconômico e dos arranjos políticos locais não demoraram a alcançar a vida cotidiana e foram sentidos pela população na forma de serviços prestados ineficazmente, a exemplo da instrução pública, cuja precariedade era renitente conforme indica o recenseamento de 1920: a população do Estado era de 363.166, dos quais 266.552, isto é, algo próximo a 75% não sabia ler nem escrever. Agnello Bittencourt, titular da Diretoria da Instrução Pública (DIP) no quadriênio da administração de Ephigenio Salles, deixou um relatório marcante, cujos dados não conseguiram esconder que, apesar do discurso oficial, a situação educacional continuava deveras caótica no final daquela mesma década³.

De acordo com este documento havia 279 escolas no sistema público além de 40 no ensino particular e mais 20 no ensino municipal, perfazendo o total de 399 estabelecimentos com 18.015 alunos matriculados. Pontualmente foram construídos, reformados ou equipados alguns grupos escolares, sem que tais ações constituíssem políticas sistemáticas de espraiamento do acesso e permanência na escola. Verifica-se a superficialidade das medidas nos mobiliários escolares distribuídos na capital e no interior: duas estantes para livros, dois quadros aritméticos, quatro carteiras magistrais, doze relógios para paredes, quarenta e três cadeirinhas para jardim da

² Segundo R. SANTOS, História Econômica da Amazônia (1800 -1920), p. 236, já em 1919 a produção asiática de borracha aproximava-se das 390 mil toneladas, equivalente a demanda mundial, o que deixava o produto amazônico com um mercado bastante limitado. A partir do período de eclosão da crise econômica, foram presidentes do Estado: Antônio Bittencourt (1908 – 1912), Jonathas Pedrosa (1913 – 1917), Alcântara Bacellar (1917 – 1920), Rego Monteiro (1920 – 1924), Efigênio Sales (1925 – 1929) e Dorval Porto (1929 – 1930). Houve ainda o brevíssimo governo sedicioso do Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior entre 23 de julho e 28 de agosto de 1924 e, na sequência, o provisório do Comandante da 8ª Região Militar, Coronel Raimundo Rodrigues Barbosa que perdurou até a escolha de E. Salles como nome consensual para encaminhar a distensão. Sobre o quadro político dos anos 20 ver E. SANTOS, A Rebelião de 1924 em Manaus; R. FIGUEIRA, Imprensa, Política e Poder: A sucessão governamental do Amazonas nos anos 20.

³ Os números do recenseamento de 1920 indicam para Manaus 75.704 almas, das quais 43.605 ou 57,5% eram analfabetas. Em sua defesa perante a Junta de Sansões, Ephigenio Salles esforçou-se para demonstrar as ações que levaram a um *extraordinário incremento* na construção e reformas de estabelecimentos de ensino e no número de matrículas em seu governo (O Amazonas e a revolução, pp. 11 – 12). Entretanto, a exposição da economia amazonense feita pelo economista J. SILVA, Amazonas do extrativismo à industrialização, pp. 164 – 165, nos permite considerar a fragilidade dos argumentos do ex-governador ante a frieza dos dados: tomando como exemplo a receita do último ano de mandato (762:656\$053), apenas pouco mais de 10% (83:494\$754) foi gasto na instrução pública. Dados censitários estão disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/instrucao.shtm.

infância, vinte e quatro escrivaninhas, cinquenta e duas cadeiras para professores, quarenta e duas mesas magistrais e cento e vinte quadros negros (A Instrução Pública no Quadriênio do Presidente Ephigênio Salles, pp. 6 – 7 e 14).

A penúria desses investimentos converteu-se nos resultados desabonadores obtidos em 1928: em Manaus foram inscritos 7.989 alunos em 158 escolas primárias, dos quais apenas 4.630 terminaram o ano letivo, totalizando 42% de abandono e evasão. Os números do Grupo Escolar Machado de Assis exemplificam a inospitalidade do ensino amazonense: matriculou 268 estudantes, porém 131 não frequentaram as aulas e daqueles restantes que as assistiram, apenas 90 foram aprovados. Outros municípios não tinham indicadores muito melhores e a taxa média de alunos evadidos ou que abandonaram a escola ultrapassava os 37%:

Quadro 01

Escolas, Matrículas, Frequência e Percentual de Abandono/Evasão por Município em 1928.

Ordem	Município	Nº. Escolas	Matrícula	Frequência	% de Abandono/Evasão
1.	Barcelos	1	48	31	35,41
2.	Barreirinha	4	134	92	31,34
3.	Benjamin Constant	2	70	44	37,14
4.	Boa Vista do Rio Branco	3	101	75	25,74
5.	Borba	5	163	108	33,74
6.	Carauari	3	84	62	26,19
7.	Coari	3	131	92	29,77
8.	Codajás	5	192	135	29,68
9.	Floriano Peixoto	3	102	67	34,31
10.	Fonte Boa	4	156	105	32,69
11.	Humaitá	6	236	155	34,32
12.	Itacoatiara	16	707	486	31,25
13.	Lábrea	3	98	82	16,32
14.	Manacapuru	15	605	425	29,75

15.	Manaus	158	7989	4630	42,04
16.	Manicoré	3	140	89	36,42
17.	Maués	5	179	122	31,84
18.	Moura	2	22	15	31,81
19.	Parintins	8	484	300	38,01
20.	Porto Velho	3	203	147	27,58
21.	São Felipe	3	107	84	21,49
22.	São Gabriel	4	320	274	14,37
23.	São Paulo de Olivença	4	134	103	23,13
24.	Silves	4	179	130	27,37
25.	Tefé	8	406	290	28,57
26.	Urbanópolis	2	30	18	40,00
27.	Urucará	2	163	94	42,33
28.	Urucurituba	1	50	44	12,00
	TOTAL	280	13.233	8.299	37,28

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em “Colocação dos Municípios pela ordem de matrícula. Ensino primário e normal do Estado do Amazonas. Anno de 1928” In: **A Instrução Pública no Quadrienio do Presidente Efigênio Salles (1926 – 1929)**, p. 12.

Contrastando com os efetivos investimentos, a retórica daqueles que ocupavam cargos eletivos defendia a valorização da instrução como estratégia de desenvolvimento. Dorval Pires Porto, no pouco tempo em que esteve à frente do Estado, utilizou a tribuna da Assembleia para afiançar que sua administração atentaria para difusão da instrução primária e sua complementação com o ensino técnico. Entretanto, condicionou o sucesso desses objetivos ao concurso cívico e consciente do professor e às circunstâncias econômicas favoráveis. Nesses termos, aproveitou o ensejo para cobrar de Washington Luís e Júlio Prestes, a quem deu irrestrito apoio nas eleições presidenciais, ajuda financeira *para desenvolver escolas*⁴. Não houve tempo:

⁴ Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao Instalar-se a 2ª. sessão ordinária da 14ª. Legislatura, Diário Oficial Nº 10.561, segunda-feira, 14 de julho de 1930, pp. 4 e 22. Relembre-se que ante o quadro econômico desfavorável, a estratégia de grande parte dos governantes amazonenses desde meados da década de 10 foi a sujeição às decisões políticas ditadas pela União em troca de empréstimos que evitassem a total insolvência. Em 1930, a condição subjacente a esses financiamentos era a sustentação de Júlio Prestes à Presidência da República. Resignado, Dorval Porto

em outubro daquele ano Getúlio Vargas tomou o poder e, cerca de um mês depois, nomeou interventor Álvaro Maia.

Álvaro Botelho Maia se encaixava no perfil de “renovação” desejável pelo Governo Revolucionário e, em vários aspectos, foi a figura pública amazonense que melhor personificou o varguismo desde 1930 até 1945. Expressando-se através de sua atuação nas áreas do direito, da docência e da literatura, construiu sua reputação intelectual e carreira política defendendo interesses dos setores ligados ao comércio e ao extrativismo, mas também abraçando causas populares e cívicas.

Na sua primeira passagem na Interventoria deu as necessárias mostras de sua aquiescência com os princípios do recém-inaugurado Governo ao unificar os serviços públicos municipais e estaduais sob o comando de uma Secretaria Geral e nomear comissionados entre pessoas com laços importantes a estreitar naquela conjuntura⁵. Ainda assim, manteve determinadas atitudes personalistas que agudizaram arestas e cultivaram inimizades: criou certo constrangimento ao pleitear com insistência junto ao Delegado Militar do Norte uma imediata política nacional de defesa e valorização da borracha nos moldes daquelas executadas em prol do café. Promoveu uma redução nos vencimentos dos funcionários estaduais sob o argumento de estancar o descontrole das contas públicas. Julgando ser necessário reformar o judiciário, acabou por se indispor com juízes e desembargadores e dissolveu o Tribunal de Justiça, resistindo às orientações federais para rever a decisão.

Essas polêmicas ajudaram a diluir o apoio político necessário para enfrentar os problemas educacionais, destacadamente os atinentes a ampliação do acesso à escola e a

cumpriu seu papel e garantiu a eleição do candidato da situação no Estado, dissimulando sua subordinação através da insistente cobrança de atenção especial aos problemas locais por parte do governo federal, algo que, de fato, nunca ocorreria.

⁵ Foi emblemática a nomeação de Francisco Távora para Chefatura da Polícia Civil. Ele era irmão de Juarez Távora, apelidado *Vice-Rei do Norte* por comandar, com mãos de ferro, a Delegacia Militar do Norte. Funcionando entre os anos de 1930 e 1931, este espaço de atuação político-militar cumpria a importante tarefa de articular em torno da figura de Getúlio Vargas e seus ideais revolucionários as lideranças do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. A respeito da construção da área de abrangência do “norte” do país, a própria constituição da Delegacia, a atuação de Juarez Távora como intermediário político dessa região junto ao governo Vargas e sua relação com os interventores, encontra-se uma boa síntese em R. LOPES, *A Delegacia Militar do Norte e o Governo Provisório*.

reorganização pedagógica do primário que envolvia a remodelação de sua estrutura física e a qualificação docente.

O recém-nomeado Interventor herdou uma infraestrutura canhestra com apenas 292 escolas primárias públicas divididas em primeira e segunda categoria. As de 1ª eram circunscritas em três entrâncias: 114 de primeira, que abrangia os estabelecimentos de ensino da capital e subúrbios; 25 de segunda, nas cidades interioranas; 26 de terceira, funcionando em vilas. As de segunda categoria eram as rurais ou provisórias, representavam uma quarta entrância e totalizavam 127 – mas, uma no rio Madeira e outra no Purus estariam sem funcionar por falta de professores. Do ponto de vista da racionalização do trabalho pedagógico, o sistema de instrução pública amazonense não diferia do restante do país, isto é, era formado por escolas isoladas, reunidas e grupos escolares⁶.

A racionalização do trabalho pedagógico amazonense: escolas isoladas, reunidas e grupos escolares.

Nas escolas isoladas (EI) eram de competência do professor várias atividades administrativas, inclusive identificar em certa localidade pelos menos vinte crianças em idade escolar, isto é, entre os seis e os quatorze anos. Era sua incumbência também atestar o interesse de pais ou responsáveis em proporcionar estudos aos jovens para demandar junto à DIP a criação de uma escola⁷. Quando aceito o pleito, cabia-lhe identificar uma sala para o funcionamento, arcando com seu aluguel – essa era a principal razão para que não fosse inusual a utilização de cômodos improvisados das próprias residências, levando esse modelo ser popularmente

⁶ Cf. Regulamento Geral da Instrução Pública, Manaus, 1926, artigos 154 – 157 e Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao Instalar-se a 2ª. sessão ordinária da 14ª. Legislatura, op. cit., pp. 4 – 6. Sobre a racionalização do trabalho pedagógico há extensa bibliografia, a exemplo de FARIA FILHO, Dos pardieiros aos palácios; D. VIDAL, Grupos escolares; R. SOUZA, História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX; M. FREITAS & M. BICAS, História social da educação no Brasil; A. PINHEIRO, Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba; E. LOPES *et alii*, 500 anos de educação no Brasil; C. VEIGA, História da educação.

⁷ Regulamento Geral da Instrução Pública de 1926, artigos 158 e 1032. Em tempo: este regulamento apenas emenda o de 1918, modificando alguns artigos.

reconhecido como casa-escola ou ainda escola singular. Por fim, estava obrigado a prestar esclarecimentos ao inspetor escolar sobre a inscrição, frequência e aprovação discente. Em termos didáticos, o professor trabalhava os conteúdos da História e das outras disciplinas com alunos de diferentes faixas etárias e níveis cognitivos ao mesmo tempo e no mesmo ambiente.

Quando nos subúrbios manauaras ou, mais raramente, na sede de municípios do interior havia três ou mais escolas isoladas, o Regulamento Geral da Instrução Pública (RGIP) aconselhava instaurar escolas reunidas (ER), que consistiam no agrupamento de EI num mesmo edifício, cuja manutenção era assumida pelo Estado⁸. Ainda que muitas das responsabilidades administrativas permanecessem a cargo dos docentes, tentou-se colocar em prática alguns princípios do movimento surgido no último quartel do século XIX na Europa que defendia um ensino ativo e centrado no aluno, o escolanovismo. Na prática, as ER apenas implantaram a graduação das classes em séries conforme o nível de adiantamento dos alunos, numa reordenação que deveria concorrer para diminuir custos, disciplinar o trabalho escolar e, em última análise, servir de ensaio para implantação de grupos escolares (GE).

Os GE tornaram-se o emblema da ação republicana em prol da educação que deveria ser replicada em todos os Estados da federação. Eles foram a materialização das propostas pedagógicas mais modernas da primeira metade do século XX ao mesmo tempo em que deram visibilidade política aos seus construtores. Não foram projetadas, portanto, para ficar “escondidas” nos arrabaldes, mas ocupar as áreas urbanas com maior circulação de cidadãos eleitores. Sua arquitetura marcava o rompimento com a precariedade característica dos espaços utilizados pelas escolas isoladas e reunidas, além de proporcionar o pleno desenvolvimento de uma nova cultura pedagógica. Assim, as plantas previam prédios amplos e arejados com dependências próprias para salas de aula, biblioteca, banheiros diferenciados para meninos e meninas, refeitório, secretaria, diretoria, além de área para recreação e prática de educação física.

⁸ *Ibidem*, artigos 161 e 169. Apesar desta previsão legal, a instalação de ER dependia não só da procura consistente por instrução, mas também era levado em consideração em que medida tais demandas se coadunavam com a rede de interesses políticos em jogo em cada localidade.

Aspectos administrativos ficaram a cargo de funcionários específicos (zelador, cozinheira, porteiro, amanuense, diretor), cabendo aos professores apenas o exercício do magistério com o auxílio de recursos didáticos e mobiliários escolares apropriados para as novas prescrições pedagógicas.

Dotar o sistema de instrução pública de grupos escolares requeria determinação administrativa para priorizar os altos e contínuos investimentos em construção, compra de equipamentos, manutenção e pagamento de funcionários, daí a parcialidade de sua implantação no Amazonas. Em 1930 havia apenas dois instalados em cidades do interior e treze em Manaus⁹ – embora, do ponto de vista arquitetônico, nem todos pudessem se enquadrar fielmente nessa categoria porque não estavam alojados em prédios próprios ou os mesmos não tinham as características desejáveis. Dois exemplos do improvisado: o GE Barão do Rio Branco funcionava no pavimento superior do Gymnasio Amazonense Pedro II (GAP II), dividindo espaço com as escolas Normal e Preparatória, enquanto o GE Olavo Bilac utilizava as dependências adaptadas da feira de São Raymundo.

Percebe-se, em vários documentos dessa época, outros equívocos na diferenciação dos modelos de racionalização do trabalho escolar, obnubilando a atuação limitada do poder público e dificultando a compreensão do peso exercido por cada um deles no sistema. Numa mensagem à Assembleia Legislativa, fora dito que havia na capital dez escolas e catorze grupos contendo noventa e duas escolas (Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas á Assembleia Legislativa, lida na abertura da 1ª. sessão ordinária da 14ª. legislatura, op.cit., pp. 222 – 223). Apesar do pouco detalhamento, as características descritas revelam que se pontuava, a rigor, a

⁹ Os Grupos Escolares da capital eram: Antonio Bittencourt, Barão do Rio Branco, Carvalho Leal, Cônego Azevedo, Gonçalves Dias, Guerreiro Antony, José Paranaguá, Machado de Assis, Marechal Hermes, Olavo Bilac, Presidente Bernardes, Saldanha Marinho, Silvério Nery. Esta lista foi elaborada a partir de informações extraídas de A Instrução Pública..., op. cit; e Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas á Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1ª. sessão ordinária da 14ª. legislatura. Manaus, 1929. É bastante crível que nenhum outro estabelecimento dessa categoria tenha sido inaugurado entre 1929 e 1930 por conta da situação econômica. Ainda segundo essas fontes, o interior contava com os GE Coronel Cruz (Itacoatiara) e Monteiro de Souza (Parintins). Segunda informa a Revista de Educação, n.º 06, p. 33, em 1933 foi construído em Manacapuru o GE Carlos Pinho pelo valor de 11:212\$200. Outro grupo escolar, erigido Coari entre 1935 e 1936, teria custado 82:500\$000. Estes números dão ideia do alto custo desse modelo arquitetônico-pedagógico para o Estado.

existência de dez escolas isoladas e quatorze reunidas. Não fora um mero deslize vocabular, afinal na produção de testemunhos oficiais o erro quase sempre é orientado. Na verdade, era um esforço para ocultar que as EI constituíam ainda a base da instrução amazonense. Admitir essa realidade causava imenso desconforto político porque, ainda que representassem a maneira menos dispendiosa de alcançar o populacho, elas denotavam o desleixo com a qualidade do que era ensinado, algo que poderia ser utilizado como argumento deletério em disputas eleitorais. Assim, não bastava apostar na visibilidade que os prédios dos GE proporcionavam, era necessário silenciar sobre a persistência de tudo que não era condizente com as novidades pedagógicas que indicassem quão moderna e eficiente era a administração estadual¹⁰.

Desafios para as políticas públicas dos anos 30: formação de professores e o acesso à escola.

Se as limitações infra estruturais eram preocupantes, também o era a situação do professorado primário, especialmente. O quadro era exiguamente composto por 294 professores, dos quais 113 eram interinos. Quaisquer vacâncias motivadas por tratamento de saúde, gozo de licença ou solicitações de exoneração causavam transtornos, sobretudo, nos municípios interioranos mais distantes para onde a reposição deste profissional era mais difícil. Para evitar o fechamento de EI, a solução geralmente passava pela contratação de pessoas sem a devida diplomação: com sorte, conseguiam-se alunas que ainda não haviam concluído o curso de magistério, mas não era inusual recorrer aos moradores das próprias comunidades que não possuíam preparo específico para o exercício da função, a pesar de observarem os requisitos de

¹⁰ Nas palavras de L. FARIA FILHO, op. cit., p. 45: *As escolas isoladas eram um texto que, quando lido pelos agentes e profissionais da educação e boa parte da população, evocavam uma realidade muito distante daquela projetada pelos textos urbanísticos. Por isso, não significavam um rascunho a ser aperfeiçoado, mas sim, algo a ser substituído, a apagado da cena da cidade e, ao mesmo tempo, algo produzido na memória como passado que fora (ou deveria ser) extirpado para dar lugar ao novo.*

idoneidade moral e intelectual. Neste cenário, não diplomados alcançavam a expressiva marca de 110 docentes ou 37% do total¹¹.

É certo que a necessidade de mão de obra especializada era generalizada no Amazonas, mas no setor escolar não havia indícios de supressão dessa lacuna em curto prazo, uma vez que a principal instituição responsável por essa tarefa, a Escola Normal, só formou 78 normalistas entre os anos de 1925 e 1929 – números cujo comedimento fica mais relevante quando lembramos que muitas jovens exerciam a docência somente até serem desposadas, dedicando-se, após isso, aos cuidados da casa, dos filhos e do marido. Esse desempenho pífio era um empecilho não apenas quantitativo, mas qualitativo, afinal nos seus cinco anos de duração, o curso normal habilitava professores para aplicação de técnicas que abolissem a memorização – tão usual nas aulas de História – e exercitassem o raciocínio e discernimento dos estudantes, em consonância com os parâmetros pedagógicos defendidos pelos educadores de vanguarda da época¹².

Em que pesem tantos desafios e mesmo Álvaro Maia sendo sensível a premência de providências para diferenciar o novo regime militar daquele dominado pelo jogo de interesses das aristocracias, o fato é que foi pouco além de medidas atenuantes. Suas ações mais assertivas foram a reorganização do conselho de educação e a criação de escolas de emergência com a abertura de concurso para provimento das novas cadeiras¹³.

¹¹ Os números do quadro docente primário estão em Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao Instalar-se a 2ª. sessão ordinária da 14ª. Legislatura, op. cit., p. 5. Há o detalhamento da formação dos professores: 168 diplomados da Escola Normal, 12 da Escola Modelo, 4 de outras escolas e 110 não-diplomados. Sobre a nomeação de professores não diplomados ver Regulamento Geral da Instrução Pública, op. cit., artigos 690 e 698.

¹² Vários setores da economia reclamavam qualificação profissional, obrigando o Estado a responder na forma de subvenção à educação técnica lecionada nas escolas Agrônômica de Manaus, Municipal de Comércio Sólton de Lucena e de Aprendizizes Artífices. Os dados relativos aos concludentes da Escola Normal são citados na Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas à Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1ª. sessão ordinária da 14ª. legislatura, op.cit., pp. 229 e 233. A discussão sobre a submissão da mulher amazônica, especialmente das professoras, à força da tradição patrimonialista pode ser vista em H. COSTA, As mulheres e o poder na Amazônia. O Regulamento Geral da Instrução Pública, op. cit., orienta o uso de métodos de ensino para escolas primárias (artigos 127 a 153) e para a Escola Normal (artigos 217 a 240) que valorizem o uso de expressões próprias dos alunos nas respostas solicitadas, permitindo, desse modo, o desenvolvimento racional e fisiológico das faculdades das crianças.

¹³ Cf Exposição lida pelo Dr. Álvaro Maia, Interventor Federal, ao povo amazonense a 5 de julho, Diário Oficial Nº 10.863, de quinta-feira, 9 de julho de 1931, p. 3, são exemplos dessa atuação paliativa: nomeação para DIP de Plácido Serrano, professor

A existência de um órgão colegiado era previsto nos RGIP desde 1892. Sua função, com poucas variações, era consultiva: auxiliava a DIP com estudos, discussões e fiscalização da organização do ensino público. Maia renomeou-o de Conselho Superior e determinou que fosse constituído pelos diretores da própria DIP, do Gymnasio Amazonense, da Escola Normal, do Serviço Sanitário, além do inspetor escolar e seis docentes, a saber: o de pedagogia e metodologia das normalistas, um da escola preparatória, três do ensino primário e um do particular. Nessa reconfiguração foram mantidas cadeiras natas para os diretores, mas vetadas escolhas por votação dos professores – estes seriam indicados pela Diretoria para apreciação e livre nomeação do governo. Outra novidade foi o assento ganho pelas escolas privadas em detrimento de representantes do Lyceu de Bellas Artes e da Escola Modelo, o que sugere o reconhecimento do papel desempenhado pela iniciativa privada, solidificada aquela altura através de 22 estabelecimentos que possuíam 1.289 matriculados¹⁴.

Sobre a questão do acesso à escolarização, o Interventor acreditava que um impedimento era a especificidade das atividades econômicas do homem amazônico. Segundo o próprio, *devido a safra da castanha e da pesca, devido ao nomadismo da nossa população rural, há aglomeração de crianças em determinado lugar, faltando em outro. Às vezes moram quarenta e cinquenta na margem de um lago, no ano seguinte, o mesmo lago não apresenta população infantil* (Exposição lida pelo Dr. Álvaro Maia..., p. 3). Como, em sua avaliação, o Estado não devesse alocar recursos onde não havia núcleos populacionais fixos, criou 18 escolas

reconhecido pelas qualidades intelectuais e dedicação ao magistério; reunião com diretores e vice-diretores de grupos escolares para ouvir sobre as dificuldades em modernizar o ensino; reforma de prédios em condições calamitosas, principalmente os que tinham telhados e assoalhos comprometidos; improvisação de escolas nas sedes de outras repartições, adaptando-as com ajuda da Prefeitura Municipal; conserto do mobiliário estragado na marcenaria pública onde também passaram a ser preparados quadros negros e carteiras com vistas ao abastecimento das localidades menos equipadas.

¹⁴ Até 1930, exceto o segundo regulamento de instrução pública amazonense da era republicana, o de 1898, todos os demais (1892, 1904, 1908, 1914, 1918 e 1926) previam um conselho de educação. A reorganização do Conselho Superior de Educação por Álvaro Maia está no Ato N^o 151, de 8 de janeiro de 1931, conforme A Revolução no Amazonas, Volume II, pp. 13 – 16. Os dados sobre o ensino privado estão em conformidade com Exposição lida pelo Dr. Álvaro Maia..., op.cit., p.3. Note-se a incongruência desses números com aqueles expostos pelo antecessor Dorval Porto segundo os quais as escolas particulares eram 41 (29 inscritas e 12 não inscritas na Diretoria de Instrução) e somavam 2.739 matrículas (respectivamente 1.720 e 1.019). Mas, o cálculo incluindo estabelecimentos que não podiam ser devidamente inscritos – porque não contavam em seus quadros com, pelo menos, um normalista – não foge a regra comum aos administradores públicos de melhoria dos resultados através de manobras contábeis.

de emergências (EE) para funcionar nas comunidades rurais em que as demandas a justificassem, podendo ser transferidas em caso de frequência insatisfatória ou durante os meses de coleta ou extrativismo. As EE tinham como alvo instrucional a oferta do curso primário elementar e muito provavelmente foram inspiradas na modalidade chamada ensino ambulante, previstas desde 1926, que visava levar conferências públicas e práticas para o melhoramento da produção de seringa, guaraná, cacau e castanha àqueles que não tinham condições de deixar a hinterlândia.

Outro óbice ao espraiamento da luta contra o analfabetismo era a ausência de docentes em várias escolas. A saída um tanto evidente era a realização de concurso – o que o Interventor tratou logo de reconhecer e dar providências. Solução óbvia, mas não simples: mesmo sem provas escritas ou de título e usando como critério principal para o provimento dos cargos o tempo de serviço, faltavam candidatos habilitados para suprir as vagas. Importa lembrar que o emprego público não significava quaisquer seguranças financeiras naqueles dias – e não ajudou a dissipar tais impressões o rompante de 1931 quando Maia cancelou o pagamento da segunda cadeira dos lentes do GAP II sob o questionável argumento de ilegalidade na acumulação de remuneração, impelindo-os a trabalhar gratuitamente enquanto o impasse se arrastou por toda sua administração.

O Regulamento Geral da Instrução Pública de 1932.

Em 10 de julho de 1931 chegou ao fim a primeira passagem de Álvaro Maia no comando do Estado, sem a promoção de nenhuma mudança efetiva na instrução amazonense. Em meio as atribuladas administrações de seus sucessores¹⁵, em janeiro de 1932 o Tenente Antônio Rogério Coimbra sancionou outro Regulamento Geral da Instrução Pública.

¹⁵ Foram Interventores: Tenente Emmanuel de Moraes (10 de julho a 05 de agosto de 1931); Tenente Antônio Rogério Coimbra (05 de agosto de 1931 a 14 de junho de 1932); Waldemar Pedrosa (14 de junho a 10 de agosto de 1932); Tenente Antônio Rogério Coimbra (10 de agosto de 1932 a 10 de outubro 1933); Capitão Nelson de Melo (10 de outubro de 1933 a 06 de janeiro de 1934); Tenente Paulo Cordeiro de Melo (06 de janeiro a 02 de março de 1934); Capitão Nelson de Melo (02 de março de 1934 até 19 de fevereiro de 1935)

Este trabalho foi realizado de encomendada pelo professor Agnello Bittencourt, um dos mais profundos conhecedores da realidade escolar local e vigorou pelo restante daquela década. No seu breve arrazoado sobre os motivos da reforma, foi descrito um descompasso entre a atuação da escola e as necessidades cotidianas emergidas do pós-guerra para, em seguida, reforçar que o novo código educacional apesar de atento à realidade econômica vivenciada não impediria a realização dos objetivos projetados pelo regime varguista, isto é, ele fora escrito com a finalidade de fazer uma administração e uma pedagogia dentro dos escassos recursos de uma terra que ainda não perdeu as esperanças de se engradecer porque acredita no advento de suas escolas primárias e na pertinácia dos que dirigem o Estado¹⁶. Nestes termos, era necessário extirpar tudo aquilo que não concorresse para o caráter utilitarista da instrução ou que havia se tornado letra morta nos documentos anteriores em função da incapacidade de investimento do Estado¹⁷.

Assim, o RGIP de 1932 definiu que o primário seria dividido em cursos elementar e definitivo, com duração de três e dois anos, respectivamente. Nesta lógica, o primário elementar foi reconhecido como “a” instrução popular porque, tacitamente, lhe cabia cumprir a meta federal de redução drástica do analfabetismo. Como o primário definitivo “apenas” tentava ampliar o curso elementar e aprontar o aluno para ingressar na Escola Preparatória, não teve a mesma prioridade na alocação de verbas para criação e manutenção de escolas, o que contribuiu para que grande parte dos jovens oriundos dos extratos mais populares da sociedade amazonense não continuasse os estudos do definitivo. Os casos de desobrigação escolar previsto em lei também concorreram para formação desse funil na instrução, pois não seriam responsabilizados pelo Estado os pais daqueles que tinham doenças contagiosas, deficiências físicas ou mentais, além dos que moravam afastados da sede da escola e os que já tinham feito o curso elementar.

¹⁶ Regulamento Geral da Instrução Pública a que se refere o ato 1267 de 09 de janeiro de 1932. Manaus: Imprensa Pública, 1932. p. VII. Aqui cabe uma observação: o RGIP que vigorava aquela altura era de 1926, mas ele foi desconsiderado por Agnello Bittencourt que tomou como base de suas críticas o regulamento de 1918.

¹⁷ *Ibidem*. Na p. V, o próprio A. Bittencourt exemplifica: *as escolas de agricultura, as ambulantes, o orfeon escolar, os premios de viagem, as escolas modelos, as escolas técnico-profissionais, o corpo de inspetores médicos escolares, etc.*, [que] não passaram de justas aspirações de uma época de grandes promessas.

O primário seria voltado para crianças de 6 a 14 anos e sua organização deveria basear-se na disposição de alunos em séries progressivas, de acordo com a idade, desempenho escolar e desenvolvimento cognitivo. Em outras palavras, decidiu-se pelo modelo de seriação, característico dos grupos escolares. Como os GE continuavam instituições existentes em número baixíssimo no sistema de instrução amazonense e consoante à ideia de um regulamento fincado na realidade, continuou prevista a existência de escolas isoladas, reunidas e de emergência mesmo que estas nunca tenham se prestado eficazmente para esse tipo de trabalho pedagógico.

O ensino secundário público continuou a ser ministrado exclusivamente no Gymnasio Amazonense Pedro II, permanecendo igualmente equiparado em sua organização didática àquele que lhe deu origem, o Colégio Pedro II, da Capital Federal. Isto significava sete anos de estudos divididos em dois ciclos, o fundamental e o complementar. O ingresso no primeiro se dava por meio de exame de admissão que consistia em provas escritas (redação, ditado e cálculo elementar) e orais (português, matemática, ciências naturais, geografia e História do Brasil). Aprovado, o estudante cursaria cinco séries para construir uma formação propedêutica. Como o ciclo complementar visava uma especialização de saberes de acordo com a orientação profissional desejada pelos alunos, então era ofertado em três modalidades: o pré-jurídico (direito), pré-médico (medicina, farmácia, odontologia) e pré-politécnico (engenharia, arquitetura, química industrial), cada um com duas séries de duração.

Por sua vez, o ensino profissionalizante oferecido pelo Estado promovia a qualificação de duas categorias: professores e comerciários. Os docentes poderiam ser formados em duas escolas, a Preparatória e a Normal. Na primeira, em um ano engendrava-se o professorado para o primário elementar. Na segunda, em cinco anos, produziam-se professores normalistas aptos tanto para o elementar quanto para o definitivo¹⁸. Para aqueles que objetivavam trabalhar no setor comercial havia a Escola de Comércio Solon de Lucena que, além do propedêutico, mantinha o curso técnico de perito-contador com duração de três anos em que deveria

¹⁸ Regulamento Geral da Instrução Pública a que se refere o ato 1267... ,op. cit., artigos 7 e 8.

predominar o estudo das ciências das contas nas suas múltiplas modalidades, mas que também instruía nos conhecimentos do direito constitucional, civil e comercial.

As ações de Álvaro Maia na esfera educacional após 1935.

Dentre os interventores que se seguiram no intervalo entre 1930 e 1935, o Capitão Melo foi o único a assumir a reconstrução educacional do Amazonas como slogan de governo¹⁹. Jactava-se a tal ponto do volume de investimento na instrução pública promovido em sua gestão que, ultrapassando os limites do crível, propagandeou a reforma e modernização de todos os grupos escolares da capital, deixando-os, em sua opinião, em excelentes condições de conforto, asseio e higiene, além de providos de materiais e museus didáticos. Em busca de legitimação, Nelson de Melo foi rigoroso com os interventores que lhe antecederam e os culpou por deixarem em estado de abandono e ruína os GE e permitirem que os aluguéis das casas em que funcionavam as EI continuassem sendo pagos pelas professoras. As críticas mais duras foram pronunciadas indiretamente contra o ex-mandatário e, aquela altura, Deputado Constituinte, Álvaro Maia, acusado de promover a redução de vencimentos dos professores em função de uma *errônea compreensão do que seja reajustamento orçamentário ou das possibilidades tributárias do Estado* (Relatório do Interventor Nelson de Melo encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas em 2 de Fevereiro de 1935. Pp. 5, 17 – 19 e 29).

Em detrimento de tal retórica, os legados da Interventoria de Nelson Melo dão mostra de quão pontuais foram os cuidados com a instrução. Na capital, o único grupo escolar que construiu foi o Plácido Serrano ao tempo em que criou ou manteve em funcionamento, pelo menos, vinte e quatro escolas isoladas – cinco diurnas e dezenove noturnas –, em desconformidade com a tese então aceita de que estas só deveriam existir nos rincões. No interior, ampliou a paliativa rede de escolas de emergência para 266, capitulando apenas ao notar

¹⁹ Slogan no sentido atribuído por O. CARDOSO, A didática da História e o slogan da formação de cidadãos, p. 30, isto é, não apenas como símbolo, mas como representação de um movimento social prático

a alfabetização precária dos professores revelados pelos documentos sofrivelmente escritos para DIP.

Quadro 02
Escolas isoladas em funcionamento na cidade de Manaus em 1934

Funcionamento	Escolas
Diurnas	Carlos Pinho
	General Mena Barreto
	D. Libânia Ferreira
	Francisco Monteiro
	General Osório
Noturnas	Rui Barbosa
	Thomas de Aguiar
	Tenreiro Aranha
	Jonathas Pedrosa
	Satyro Dias
	Castro Alves
	Astrolábio Passos
	Alcântara Bacellar
	Nicolau Tolentino
	José Paranaguá
	Prefeito Chagas de Aguiar
	Barão do Solimões
	Eduardo Ribeiro
	Antônio Bittencourt
	João B. de Farias e Souza
	Maestro Franco
	Carneiro Ribeiro
Heliodoro Balbi	
1º. de Maio	

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Relatório do Interventor Nelson de Melo relativo a Outubro de 1933 a Dezembro de 1934, encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas em 2 de Fevereiro de 1935. Manaus: Imprensa Pública, 1935.

A única medida diferenciadora de seu governo teria sido o aumento do número de jardins da infância: como só existia o Visconde de Mauá funcionando em dependência anexa ao GAP II, criara outros seis estabelecimentos – na verdade, pavilhões adaptados para atividades infantis que seriam construídos nas áreas externas de GE para alcançar cerca de cinco mil crianças entre quatro e seis anos de idade. Entretanto, essa política para educação infantil foi posta em descrédito por Álvaro Maia em retaliação às acusações de incompetência administrativa.

Já no exercício do cargo de Governador para o qual foi eleito em 1935, Maia não tardou a revidar: simplesmente ignorou ter recebido os tais seis novos estabelecimentos e continuou a contabilizar para o sistema apenas o jardim da infância Visconde de Mauá. No tocante ao padrão arquitetônico, considerou os pavilhões escolares simplórios, aceitáveis apenas para a zona rural e, excepcionalmente, para as áreas suburbanas desde que acrescentassem espaço para acomodação das professoras. Além disso, reiterou que as escolas de emergência eram importantes instrumentos de combate ao analfabetismo na hinterlândia amazônica, garantidas duas condições: a nomeação de professores das próprias localidades, segundo ele acostumadas ao meio, ao sistema de habitação e alimentação, sem despesas de transporte; e a existência de verba para cobrir os custos de instalação e funcionamento. Deduziu que o fracasso das EE na Interventoria de Melo se deu, então, pela ampliação exagerada e a inobservância desses cuidados, por isso as reduziu ao número de 180, preferindo os municípios onde as prefeituras assumissem compromisso de ajuda na manutenção.

Álvaro Maia soube aproveitar-se da reaproximação com Getúlio Vargas, construída a partir da atuação no congresso em defesa do homem amazônico e do revigoração econômico como instrumento de unificação da região. Assim, respondeu prontamente o convite para explicar o funcionamento das escolas de emergência durante o VII Congresso Brasileiro de Educação e I Congresso Nacional contra o Analfabetismo, indicando a professora Emília Antony como conferencista. Esta proximidade garantiu ao Estado duas vagas no recém-criado Curso

Normal Rural, na capital federal, para o qual foram mandadas as professoras Joanna Limaverde da Silva e Amélia de Barros Rego para atualização e depois compartilhamento do aprendizado com o professorado local.

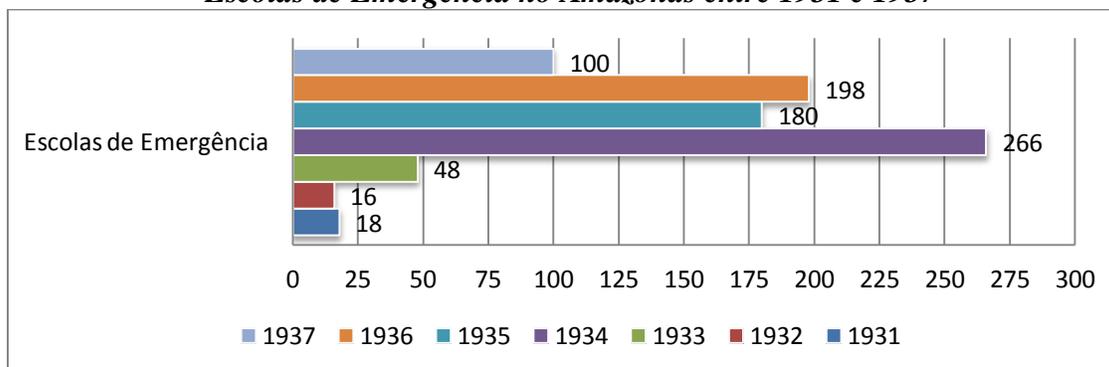
Mesmo legitimado constitucionalmente e apoiado pela presidência, A. Maia não conseguiu estabelecer políticas menos evasivas para educação amazonense. Tentou melhorar a fiscalização dos trabalhos pedagógicos e administrativos mantendo um inspetor escolar para o interior e desdobrando a capital em duas zonas com a recomendação expressa que a inspetoria não se limitasse a frequência escolar. Determinou que o prof. Júlio Benevides Uchôa fosse ao Ministério da Educação e Saúde Pública se especializar em Estatística Educacional e, assim, assumir a seção homônima da DIP criada naquele ano para permitir uma visão mais compreensiva dos desafios a enfrentar nesse campo. Na Constituição do Estado, promulgada sob seus auspícios, garantiu a criação de um fundo para educação, o estabelecimento de escolas primárias e normais na zona rural, além de isenção de impostos incidentes diretamente sobre a profissão docente. Esta última decisão talvez representasse uma estratégia de remissão com o professorado quando enxergada no conjunto de outras medidas pontuais tomadas desde seus primeiros meses de mandato, como a abertura de concursos e a realocação das docentes das escolas noturnas para as diurnas – o que lhes permitiu uma correção salarial para maior.

Sua aposta principal para suplantar a ineficiência do Estado neste setor foi a criação do Departamento de Educação e Cultura (DEC), através do decreto N^o 112 de primeiro de fevereiro de 1936. A chefia ficou a cargo do experiente Prof. Temístocles Gadelha com a missão de implementar estratégias para o enfrentamento das numerosas deficiências educacionais, algumas reveladas claramente pela Seção de Estatística Educacional. Um dos mais graves era a oferta de vagas: *o Amazonas precisaria de 911 escolas porque tem falta (...) para 81% dos meninos em idade escolar*²⁰. Além do acesso, havia a questão da permanência, posto que os números

²⁰ Isaias ALVES, *Estudos Objetivos de Educação* apud Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da Sessão Ordinária em 3 de maio de 1937, pp. 213 – 214. O mesmo relatório aponta para o Brasil um déficit de 89.820 escolas para comportar uns três milhões de jovens

indicavam a persistência do funil escolar: naquele ano, enquanto na primeira série primária inscreveram-se 9.302 alunos, matricularam-se no quinto ano secundário somente 70 jovens.

Gráfico 01
Escolas de Emergência no Amazonas entre 1931 e 1937



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em: Exposição lida pelo Dr. Álvaro Maia, Interventor Federal, ao povo amazonense a 5 de julho no Alcazar, Diário Oficial No. 10.863, de quinta-feira, 9 de julho de 1931; Revista de Educação N^o. 3. Manaus: Sociedade Amazonense de Professores, Agosto–Setembro de 1932, p. 20; Exposição feita ao Exmo. Sr. Capitão Nelson de Melo, Interventor Federal no Amazonas pelo Dr. Waldemar Pedrosa sobre a administração do Estado. Manaus: Diário Oficial, No. 11516 de Terça-feira, 10 de Outubro de 1933; Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Interventor Federal do Amazonas, Capitão Nelson de Melo (outubro de 1933 a dezembro de 1934). Manaus: Imprensa Pública, 1935; Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembléia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1936. Manaus: ?, 1936; Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1937. Manaus: Imprensa pública, 1937; Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Presidente da República por Álvaro Maia, Interventor Federal. Manaus: (?), 1938

A premência em melhorar esses números incitou o DEC a secundarizar o modelo pedagógico-arquitetônico dos grupos escolares e estabelecer um plano para erigir, nos subúrbios de Manaus e nos demais municípios, pavilhões de madeira para abrigar salas de aula e dependências para moradia das professoras. Em outra frente, cobrou das prefeituras projetos mais racionais e econômicos de construção em que num mesmo prédio, sólido e amplo, se abrigasse escola, coletoria e as principais repartições do Estado.

Em que pesem os esforços, não houve avanços significativos. As ações postas em prática estiveram longe de vencer os desafios identificados na medida em que esbarrava na incapacidade do Estado em investir o volume de recursos necessários para sanar as carências físicas e de pessoal docente.

Quadro 03
Número de Escolas Primárias por Municípios do Amazonas em 1936.

Ord	Município	Escolas					Total
		1ª. Entrância	2ª. Entrância	3ª. Entrância	Rural	Emergência	
1.	Barcelos	-	-	1	-	2	3
2.	Barreirinha	-	-	2	5	3	10
3.	Benjamin Constant	-	-	1	4	2	7
4.	Boa Vista do Rio Branco	-	3	-	-	2	5
5.	Borba	-	-	3	2	9	14
6.	Canutama	-	-	2	-	-	2
7.	Carauari	-	-	2	2	4	8
8.	Coari	-	4	-	2	4	10
9.	Codajás	-	4	-	2	4	10
10.	Floriano Peixoto	-	-	2	2	2	6
11.	Fonte Boa	-	-	3	4	3	10
12.	Humaitá	-	3	-	2	4	9
13.	Itacoatiara	-	7	-	20	24	51
14.	João Pessoa	-	2	-	1	2	5
15.	Lábrea	-	2	-	1	3	6
16.	Manacapuru	-	6	-	14	14	34
17.	Manaus	112	-	-	94	-	206
18.	Manicoré	-	2	-	1	2	5
19.	Maués	-	2	-	5	11	18

20.	Moura	-	-	1	1	-	2
21.	Parintins	-	5	-	11	8	24
22.	Porto Velho	-	3	-	2	3	8
23.	São Gabriel	-	-	3	4	2	9
24.	São Paulo de Olivença	-	-	1	6	1	8
25.	Silves	-	-	1	4	6	11
26.	Tefé	-	4	-	5	4	13
27.	Urucará	-	-	1	2	3	6
28.	Urucurituba	-	-	2	1	4	7
	TOTAL	112	44	25	199	126	506

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de “Quadro da receita contribuída pelos municípios para o custeio do ensino e das despesas efetuadas pelo Estado em 1936” e “Relação de escolas primárias do Estado no fim do ano de 1936” In: **Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da Sessão Ordinária em 3 de maio de 1937**. Manaus: (?), 1936. Pp. 244 – 245 Observações: Porto Velho transformou-se na capital do Estado de Rondônia; João Pessoa hoje é denominado Eirunepé; Floriano Peixoto é o antigo nome de Boca do Acre; Boa Vista, atualmente é capital de Roraima; Moura voltou à condição de região do município de Barcelos.

Para atingir o quantitativo ideal, era preciso mais que dobrar o número de escolas de primeira, segunda, terceira e quarta entrâncias num momento em que mesmo a recorrente tática de criar escolas de emergência estava comprometida pela diminuição considerável das verbas. A este respeito, Temístocles Gadelha queixou-se da Assembleia: se no exercício de 1936 o montante aprovado mal sustentava cento e noventa e oito EE, no ano seguinte foi suficiente apenas para manter cem – e o ideal era ter duzentas e cinquenta. No tocante aos professores, os duzentos e noventa e sete formados pelas escolas normal e preparatória da capital e pela escola normal rural mantida pelos salesianos em Porto Velho – aquela altura ainda município

amazonense – entre 1932 e 1936 foram insuficientes até para suprir as trezentas e oitenta escolas existentes²¹.

Essas dinâmicas demonstram quão complexa fora a implementação dessa rede de normatizações da instrução pública, assim como seus acertos ou fracassos revelam que importância esse setor teve na condução política do Estado. Ao cabo da década de 1930, ao tempo que os governos amazonenses foram exemplares em assentir diretrizes gerais da educação determinadas pela União, não demonstraram a mesma competência em fazer-se presente e efetivo por meio de escolas e professores em condições de conjugar a realidade local com a vanguarda pedagógica desejada. E com a progressiva acentuação do clima de incertezas que redundaram no autogolpe de Getúlio Vargas, quaisquer ímpetos nessa direção parecem ter sido refreados à espera de uma estabilidade política que nunca se fez plenamente.

A partir de setembro de 1937, Maia, novamente na condição de Interventor, iniciou novo período à frente do governo do Amazonas que se estendeu até o fim do Estado Novo. Esta nova conjuntura recrudescer o controle das áreas estratégicas e o Ministério da Educação e Saúde, sob o comando de Gustavo Capanema, passou a desempenhar papel central na invenção da legitimidade popular do chefe da nação²².

Referências.

FONTES:

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO QUADRIENIO DO PRESIDENTE EPHIGÊNIO DE MORAES (1926-1929). Manaus: Imprensa Pública, 1929

²¹ Sendo preciso: como havia 380 escolas (sem contar as 126 de emergência e as confessionais católicas, protestantes, maçônicas e espíritas), logo seriam necessárias mais 531 para se chegar as 911 ideais.

²² Capanema concebia a educação como doutrinação para formação do novo homem necessário ao Estado Novo. Para tanto, distanciou-se do escolanovismo, tomado a partir dali como recriminável instrumento de divulgação dos valores burgueses; disseminou materiais e práticas pedagógicas para o enaltecimento do presidente, exemplificadas na cartilha Getúlio Vargas para Crianças e nos desfiles escolares cívicos; estabeleceu um conjunto de leis orgânicas que reformavam amplamente todos os níveis de ensino, do primário ao ensino profissional. A esse respeito verificar, principalmente: M. VELLOSO, Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo; L. OLIVEIRA, Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem; H. BOMENY, Três decretos e um ministério; M. ROCHA, Tradição e modernidade na educação; A. GOMES, Capanema: o ministro e seu ministério.

A Revolução no Amazonas. Resoluções e Atos baixados pelo Interventor Federal Dr. Álvaro Maia de 2 de janeiro a 31 de março de 1931. Volume II. Manaus: Imprensa Pública, 1931

ANUARIO DO GYMNASIO AMAZONENSE PEDRO II COMEMORATIVO AO CINCOENTENÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO. NUMERO 2. Manáos: Typographia e Papelaria Velho Lino, 1936

EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANÁOS. Manaus, 1935

MAIA, Álvaro. Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1936. Manaus, 1936

MAIA, Álvaro. Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1937. Manaus: Imprensa pública, 1937

MELLO, Nelson de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Interventor Federal no Amazonas, Capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a dezembro de 1934. Manáos: Imprensa Pública, 1935.

PORTO, Dorval Pires. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente Dorval Pires Porto ao instalar-se a 2a. sessão ordinária da 14a. Legislatura. Manáos: Imprensa Pública, 1930

REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA. Manaus: Imprensa Pública, 1932

REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA. Manaus: Typographia dos Armazens Palacio Real, 1926

SALLES, Ephigênio. O Amazonas e a Revolução. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BIBLIOGRAFIA:

BITTENCOURT, Agnello. Dicionário amazonense de biografias – vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CARDOSO, Oldimar Pontes. A Didática da História e o Slogan de Formação dos Cidadãos. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. O Direito à educação no Amazonas (1933 – 1935). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios. Cultura escolar e urbana em belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FIGUEIRA, Rikson França. Imprensa, política e poder: A sucessão governamental do Amazonas em 1920. Dissertação de mestrado. Manaus: UFAM, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de & BICCAS, Maurilane de Souza. História social da educação no Brasil (1926 – 1996). São Paulo: Cortez, 2009

GOMES, Ângela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009

LOPES, Raimundo Hélio. “A Delegacia Militar do Norte e o Governo Provisório: disputas políticas e nomeação dos interventores nortistas” In: XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh: 50 anos. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - Anpu: 50 anos, 2011.

MATE, Cecília Hanna. Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru/Brasília: EDUSC/INEP, 2002

MONTEIRO, Mario Ypiranga. Mocidade viril 1930. O motim ginasiano. Manaus: Edições Nheenquatira, 1996.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. A rebelião de 1924 em Manaus. 3ª. Ed. Revista. Manaus: Valer, 2001

SANTOS, Eloína Monteiro dos. Álvaro Maia, uma liderança política cabocla. Manaus: Edua, 1997

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800 – 1920). São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1980

SILVA, José Lopes da. Amazonas: do extrativismo à industrialização. Manaus: Editora Valer, 2011

VALDEMARIN, Vera Teresa. História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007